

O DIREITO E O DESENVOLVIMENTO*

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**

Professor Titular do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-RJ

Meus Senhores,

Neste início de um novo período acadêmico, renovamos a nossa confiança da instituição universitária como centro cultural do país. Desde logo, fica, registrado o meu agradecimento todo especial ao Professor Cândido Mendes pela deferência amiga que me permite retomar, ainda que por alguns momentos, à convivência universitária específica.

Uma Aula Inaugural nesta Escola de Direito, por todos respeitada, bem pode servir para um repensar comum sobre as nossas responsabilidades na hora presente. Deve servir, sobretudo, como ambiente de reflexão sobre as nossas aspirações e os caminhos que se abrem diante de nós.

Este compasso da História do Brasil e no Mundo, é um permanente desafio. Max Scheler não titubeia quando assevera que, em cerca de dez mil anos de História, a nossa é a primeira época em que o homem se tornou completa e totalmente problemático para si mesmo; em que não sabe o que é, mas ao mesmo tempo sabe, também, que o não sabe.

Na realidade, a sociedade contemporânea está ainda sem rumo. O Padre Fernando Bastos de Ávila coloca muito bem a perplexidade em que vivemos, no pressentimento da exaustão de um processo civilizatório incapaz de descobrir horizontes além da afluência e que não



* Aula magna proferida na Faculdade de Direito Cândido Mendes – Centro em 10 de março de 1978.

** Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 27/6/1996.

consegue mais esconder uma secreta importura: oferecer o conforto, ao preço de uma vida sumamente desconfortável.

Nós temos, na verdade, de melhor compreender a falta de rumo de nossa Sociedade. A partir desse fato é que nós poderemos determinar soluções alternativas. Criar, a bem dizer, inspiração nova para mudar comportamentos sociais de angústia, freqüentemente responsáveis por graves desequilíbrios de natureza social. O que parece tangível, agora, é a necessidade imediata de congelar, para o evento morte, alguns mitos que, aparentemente, desnudem a sociedade de seus valores fundamentais. Tal como na Medicina, que reclama uma volta às tradições hipocráticas, também nós devemos reestudar as soluções sofisticadas que pensamos curar os males sociais. Sem desejar o exagero, sabemos que por de vezes, a melhor terapia está na própria natureza da sociedade.

Nós temos consciência de alguns dados inquietantes. Sabemos que o mundo tem estreitas alternativas para satisfazer as suas necessidades. Sabemos que a afluência da Sociedade Industrial beneficia, apenas, parcela reduzida dos habitantes da Terra. Sabemos que os caminhos entrecruzados da pobreza e da marginalidade podem aumentar com maior rapidez, do que a nossa capacidade de gerar bens e serviços para combatê-las.

Não temos dúvidas sobre a urgência de aproveitar melhor os recursos naturais disponíveis no Planeta, independentemente das fronteiras estatais e das meras considerações utilitárias, em que se baseia, com freqüência inusitada, a comercialização internacional. Sobretudo, sabemos que a nossa época não suportará, por mais tempo, qualquer forma de isolamento, fundamentada sobre os antigos critérios que desmarcam a soberania dos Estados.

Mas é necessário que, diante de tais evidências, não ocorra a afirmação de Corneille: “Et Le Combat Cessa, Faute de Combattants”.

Nesse sentido, a meu modo de ver, impõe-se como necessidade primeira, que o homem não se afunde na repetição rotineira de atos habituais. Ao contrário, o quis se deve postular é que o homem desenvolva a sua inteligência para buscar fontes de criação. Para isso é preciso a consciência de que a natureza crítica do pensamento humano seja estimulada. Isto quer dizer, em suma, que devemos procurar a sabedoria para que melhor saibamos dispor de recursos que estão ao nosso alcance.

Como recentemente afirmou o Ministro Ney Braga, a idéia básica, bem o sabemos todos, é a que o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Ao revés, ele deve ter a grandeza da totalidade, criando condições objetivas para promover todos os homens e o homem todo. E, por essa razão mesmo, vale repetir que o progresso não é qualquer crescimento. É crescimento da vida social com relação à qualidade da vida das pessoas humanas.

Acreditamos, pois, que o eixo das nossas preocupações deve deslocar-se para a descoberta de horizontes além da tecnologia. E queremos abranger, aqui, toda a gama de construções modernas, teóricas e práticas, que esquecem o social em favor do exclusivamente material, seja com relação às posturas individuais, seja como relação à própria concepção do Estado. Como ensinou Paulo VI, na "Populorum Progressão", é necessário promover um humanismo total. Este nada mais é do que o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens.

Permitam-me lhes dizer agora, neste abrir de novo tempo, que é o ingresso na instituição universitária, que vejo redobrada a responsabilidade dos que estudam.

Em todos os tempos, a Educação foi fator fundamental na vida das civilizações. Nossos dias, quero crer que a diferença está no fato de buscarmos um retorno às origens do humano. Em uma palavra,

precisamos mais do que antes, dimensionar o avanço, para que o parâmetro humano seja prioritário relativamente ao progresso social. Técnicas de controle social que não definem a pessoa humana pela fobia dó quantitativo: é isso que se busca!

Na realidade, em um mundo que se torna cada vez menor e mais interdependente, as conquistas da ciência e da tecnologia devem estar direcionadas para dar ao homem vias de acesso ampliadas aos bens e serviços imprescindíveis à vida.

O Curso Superior, que é o vértice não obrigatório do processo de formação do ser humano, deve ter presente o lineamento da cultura humanística permeando o acolhimento específico, vinculado quase sempre à preparação profissional.

Tenhamos sempre presente que as vitórias nos campos da Física, da Química, da Tecnologia em geral, encheram de orgulho a humanidade, até alguns anos atrás. Mas já agora se mostram muitas vezes vazias no seu objetivo último, que é e será sempre o de servir ao homem na sua felicidade e bem-estar e na sua transcendência. É sem dúvida evidente que o saber não se transforma em sabedoria, sem que os elementos de ordem ética e moral o direcionem para o bem comum.

Tenhamos ainda presente que vivemos a solidão das grandes cidades do mundo inteiro, em que o homem, senhor de todos os processos e meios de comunicação, sente-se cada vez mais só, afogado em um mar de informações que de pouco ou nada servem para assegurar-lhe uma efetiva realização existencial.

Como já dito antes, os avanços da Biologia e da Medicina, a descoberta do "Código da Vida", colocaram o homem na iminência de, perigosamente, interferir no processo genético. Os milagres da Eletrônica e da Cibernética ameaçam a paz e a liberdade do homem, invadem a sua privacidade, retiram-lhe a tranquilidade de ser como é, com saias

grandezas e fraquezas, anjo e demônio, porque o velho estado-Leviatã Hobesiano pode estar anotando, vendo, gravando, computando, conferindo, destruindo, enfim, aqueles refolhos da alma humana, e pode acabar por transformar-nos em seres amados por nós próprios, Solitários e taciturnos, carregando à dura pena de viver. Como diria Thomas Paine: Theise are the times tray try men's souls».

Este rol de problemas cruciantes do nosso tempo pode explicar a grande atração que os estudos sociais começam outra vez a exercer sobre os jovens de todo o mundo.

Passada a fascinação inicial pelo progresso material, nasce novamente a busca do saber social. Nato é a cultura, o esforço humano para dominar a natureza, transformá-la pela criação e subordiná-la aos fins da pessoa humana? Pois vamos retomá-la como concepção básica para ver a sociedade como um todo nesse prisma. É o passo essencial, acredito muito sinceramente, para redimensionar o nosso tempo histórico, repensar os valores sociais, e reconquistar a plenitude de uma existência digna.

Estão os senhores ingressando em uma escola de Direito. Por que não dizer que estão abrindo a porta para descobrir técnicas de controle social, universo de normas que disciplinam o comportamento humano e, que tantas vezes, estão além da própria lei escrita!

Como ensinou Santiago Dantas, em Aula Magna de 1955,

adquirindo o conhecimento do próprio homem, penetrando no seu mundo interior e cunhando normas para orientar e disciplinar subjetivamente a sua vida individual e comunitária, a sociedade desenvolve o que poderíamos chamar genericamente os seus controles morais, graças aos quais mantém a própria estrutura e consegue governar o emprego daqueles meios de domínio da natureza.

Eis a responsabilidade que lhes pesa sobre Os ombros, estudantes de Direito, o belo desafio, na grande aventura humana para descobrir os rumos de uma nova sociedade.

Onde existir o homem existirá direito a ser protegido. E o direito fundamental está, exatamente, em protegê-lo das intempéries da absorção social que lhe fragmenta a alma, impedindo-o de alcançar a plenitude da pessoa.

O norte do Direito é o exercício da liberdade. Só por meio dela alcançaremos a participação de todos os homens nas riquezas que originalmente lhes pertencem. E o direito é a garantia do exercício responsável da liberdade, onde, todos, se respeitam reciprocamente e encontram na prestação jurisdicional o meio de solucionar os seus conflitos sociais.

É, em síntese, a exigência elementar de desaprisionar o homem dos grilhões falados por Rousseau na abertura do “Contrato Social”.

Como bem assinalou o Professor Alfredo Lamy Filho, a mudança cria a inquietude, a incerteza, a ansiedade e, em consequência, o direito que visa a estabelecer a segurança das relações entre os homens, perde sua função para transformar-se na “Crisálida Ressecada” de que nos fala Ripert, indicando, a seguir, que a constatação desse fato

atingiu fundo a alma dos justos, os quais amando a ordem, por princípio e por método, foram naturalmente levados a identificar o direito com as estruturas jurídicas existentes, e quando estas ameaçam fender-se, aí divisam o declínio ou a morte do Direito.

Mas, cabe-nos restaurar a sacralidade do Direito como sistema de controle social e, portanto, da disciplina das relações interpessoais. Isto significa vencer o tempo da estagnação, levar o direito além da lei, fazê-lo agente de mudança social para o estuário de pérolas do bem

comum. Mais que tudo, é fazer do direito inspiração permanente para a prática da vida social.

Já se disse alhures que houve tempo, em nosso país, no qual se tornou corriqueira a afirmação de que o ensino do direito estava na penumbra da sociedade pela dissociação entre o ministrado e a realidade social. No fundo, era a revelação da crise do ensino jurídico.

A Comissão de Juristas que elaborou o projeto do Currículo Mínimo em vigor, destacou que

a consciência da crise exprime-se na insatisfação de professores e alunos: aqueles não encontrando nas instituições acadêmicas, meios de corresponder à repercussão da mudança nos institutos jurídicos; os estudantes, desapontados porque não vêem na provisão do saber, ainda que com boa carga de erudição, um instrumento profissional da atuação da vida prática e um acervo conceitual para a compreensão da realidade social brasileira em mutação.

Não resta dúvida de que os cursos jurídicos, em um certo sentido, fecharam-se para a sociedade. Houve, mesmo, um decréscimo sensível na importância atribuída ao advogado, na emergência de novo patamar do desenvolvimento. Enfatizou-se a erudição, ficou esquecida a pesquisa. De resto, o que parece verdadeiro em tudo isso, é que o ensino se defrontou com a queda da qualidade. Mas esta queda não está fora de nós. Professores e alunos somos responsáveis. É de nós, pois, que deve partir a revalorização do ensino do direito.

Em trabalho recente, Alberto Venâncio Filho mostrou bem que a presença do bacharel em direito é uma constante na vida brasileira, desde o bacharel de Cananéia que os portugueses já encontraram em São Vicente.

Sabemos todos que o desenvolvimento da sociedade desconcentrou as opções de estudos superiores, antes aglutinadas em

reduzido elenco. Este fato, sob certo ângulo, levou ao desmembramento de outros ramos científicos, facilitando o alargamento das escolhas vocacionais.

Na área da educação jurídica, a repercussão não foi pequena. As escolas de Direito perderam sua condição de vértice dos Estudos Sociais, delas destacadas Escolas de Ciência Política, de Sociologia, de Economia, de Comunicação Social. E, com a independência formal daí resultante, manteve-se, não sem dificuldade, a interdependência material, pela necessidade de assegurar a macrovisão interdisciplinar reclamada pelos Es- zada por Santiago Dantas em 1955, e tentada institucional- todos Sociais.

A Reforma do Ensino Jurídico, ensaiada a começar da experiência do CEPED, não apresentou resultados práticos. Verificou-se a dificuldade de executá-la nos cursos regulares. Ocorreu um verdadeiro abandono do que poderia ter sido uma experiência pioneira e restauradora. A nova didática preconizada por SANTIAGO DANTAS em 1955, e tentada institucional-mente em alguns poucos casos, e isoladamente em muitos outros, desafortunadamente não prosperou. Parece indispensável, na hora desse renascimento desejado, retomá-la em bases realistas. É um passo relevante para a emergência da contribuição construtiva dos juristas, tudo com a perspectiva de subordinar a sociedade ao primado do Direito.

Às escolas de Direito cabe agora aproveitar a flexibilidade curricular, facilitada pela legislação da Reforma Universitária.

A Educação Jurídica deve, assim, servir para a formação de agentes do desenvolvimento, com o respaldo cultural e científico necessário à uma adequada e correta interpretação dos fatos sociais.

Neste sentido, não se trata apenas de pensar, tão-somente, na abertura de cursos de pós-graduação, como núcleos de pesquisa avançada e formadores de uma elite pensante e ativa. Trata-se, isto sim, de reforçar a estrutura dos cursos de graduação, os quais, ganhando em qualidade, recolocarão o ensino jurídico na dimensão que lhe corresponde no quadro do desenvolvimento brasileiro.

Analisando o problema do ensino jurídico nos países em desenvolvimento, uma comissão internacional de professores De direito advertiu que as escolas de Direito devem formar participantes ativos no processo de desenvolvimento, pela natureza miasma da função do advogado. Defendendo o direito, os advogados analisam os problemas em concreto: aconselham e planejam o curso das ações; negociam e resolvem conflitos; constroem caminhos; criam soluções. Essas habilidades devem ser estimuladas no processo didático, o que só será alcançado se, ao lado da necessária base teórica, houver o desenvolvimento do raciocínio jurídico do aluno.

Em síntese, devemos retomar a linha da criação jurídica para disciplinar o processo de desenvolvimento. A partir do estudo sério e da pesquisa qualificada, o advogado retomará o seu papel social. Aí, mais que nunca, o direito será o responsável pelo crescimento das sociedades com justiça, e será possível ao advogado ter peso específico na formulação de alternativas institucionais válidas para a sobrevivência da civilização.

Meus senhores,

Já não quero alongar-me mais. Não tive — como nunca tenho — a pretensão de doutrinar. Sou, como os senhores também, um estudante do Direito. A meus olhos, todos os dias, redescubro o valor do direito na vida social. Quis, isto sim, estar aqui, hoje, para pensar em comum, reavivar a crença na Justiça como fim temporal da sociedade

humana. Quis fazê-lo eu voz alta, como confissão de quem, advogado ontem, o será sempre, por convicção e por amor.

Vamos, pois, entrar no Curso Jurídico detonando a nossa inteligência para a compreensão do mundo do direito, na antevisão de uma sociedade que viva sob o seu primado, para que todos e cada um sejamos sempre mais.

Muito obrigado.